

ANALISTA DE GESTÃO – ADMINISTRAÇÃO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de texto definitivo;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir.

Os homens comuns são sensíveis a apenas cinco ou seis paixões, no âmbito das quais sua vida passa e todas as suas agitações se reduzem. Tirei deles o amor e o ódio, o prazer e a dor, a esperança e o medo, que não sentem mais nada. No entanto, as pessoas de um caráter mais nobre podem ter suas emoções despertadas de mil maneiras diferentes; ao que parece, elas teriam mais de cinco sentidos e seriam capazes de receber ideias e sensações que ultrapassam os limites comuns da natureza.

Traduzido e adaptado de VIVALDI, Gonzalo Martín. *Curso de Redacción: Teoría y Práctica de la Composición y del Estilo*. Madrid: International Thomson Editores Spain Paraninfo, 2000.

Com base no texto, assinale a afirmativa correta sobre a sua estruturação ou significação.

- (A) O texto se estrutura com base numa oposição entre os homens simples e os homens nobres.
- (B) “o amor e o ódio, o prazer e a dor, a esperança e o medo” são exemplos das paixões mencionadas anteriormente.
- (C) Em “Tirei deles”, o pronome “deles” se refere aos homens comuns e às pessoas de caráter mais nobre.
- (D) O termo “No entanto” marca uma consequência do que é afirmado anteriormente.
- (E) As pessoas mais nobres são superiores por não sofrerem com as paixões exageradas dos homens comuns.

2

Um texto é construído com referências mútuas entre seus segmentos, principalmente por meio de pronomes.

Assinale a opção em que o emprego do pronome demonstrativo sublinhado está adequado ao contexto e contribui para a coesão textual.

- (A) Das onças, não vence esta que corre atrás.
- (B) Os homens se distinguem por isto que mostram e se assemelham por aquilo que escondem.
- (C) Na realidade, não conhecemos nada, pois a verdade, é aquela, está no íntimo.
- (D) O homem e a mulher vivem juntos: este olhando para aquele e aquele olhando para este.
- (E) Vocês sabem o que significa amar a humanidade? Significa apenas isto: estar satisfeito consigo mesmo.

3

Assinale a afirmativa em que o emprego do gerúndio sublinhado revela inadequação quanto ao uso normativo ou compromete a clareza e correção da construção frasal.

- (A) É preciso ir dizendo a verdade apenas a quem está disposto a ouvi-la.
- (B) O que é a verdade? Disse brincando, mas não esperou a resposta.
- (C) O filósofo entrou no auditório, falando abertamente a verdade e, por isso, arriscando a vida.
- (D) É difícil acreditar que um homem está dizendo a verdade, quando você sabe que mentiria se estivesse no lugar dele.
- (E) Sei que se trata de um segredo, pois sussurrando-o estão todos.

4

A frase em que a palavra *meio/meia* está corretamente empregada, é:

- (A) Não existem meia-verdades.
- (B) As pessoas meio fracas não podem ser sinceras.
- (C) Os produtos de limpeza estão meios caros.
- (D) A turista chegou ao hospital meia pálida.
- (E) Os atletas mostraram chutes meios fortes.

5

A frase em que a palavra *mais* está empregada numa classe gramatical diferente das demais, é:

- (A) As maiores verdades são geralmente as mais simples.
- (B) A virtude, enquanto tal, proporciona vantagens consideráveis aos mais virtuosos.
- (C) De quanto mais tempo se dispõe, mais tempo se desperdiça.
- (D) O vício é o mal que mais se faz sem prazer.
- (E) Para muitos, a abstinência é mais fácil que a moderação.

6

Leia a sentença a seguir sobre a condição humana, atribuída a um filósofo moral espanhol do século XVII.

Nos homens, não se teme o vício porque este os torna escravos; a virtude sim, porque os torna senhores.

Traduzido e adaptado de VIVALDI, Gonzalo Martín. *Curso de Redacción: Teoría y Práctica de la Composición y del Estilo*. Madrid: International Thomson Editores Spain Paraninfo, 2000.

Considerando a frase, assinale a afirmativa correta sobre sua estrutura.

- (A) As duas ocorrências do pronome “os” se referem ao mesmo antecedente.
- (B) Antes da palavra “virtude” há a elipse do termo “não se teme”.
- (C) Entre os dois segmentos do texto, há uma relação de causa e consequência.
- (D) Entre os termos “escravos” e “senhores” há uma relação de comparação.
- (E) Os termos precedidos de “porque” mostram uma só causa de dois fatos diferentes.

7

Leia o texto argumentativo a seguir.

O Brasil enfrenta um momento crucial na jornada rumo à Agenda 2030, com o cumprimento das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, referente à educação. Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destaca que na área da educação, menos de 40% dos alunos conseguem atingir os níveis esperados de conhecimento ao final do ensino fundamental, e apenas cerca de 30% alcançam esse patamar em matemática no término do ensino médio. Milko Matijascic, autor e técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, ressalta a urgência de enfrentar os desafios educacionais do país. "A baixa qualidade da educação também é preocupante, já que afeta a produtividade dos alunos e sua capacidade de entender seus direitos e agir de forma sustentável", ressalta o pesquisador. "A fixação de metas realistas e determinação para alcançá-las são essenciais para elevar os padrões educacionais e promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões".

Adaptado de: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15057-estudo-apresenta-indicadores-para-aprimoramento-da-educacao-no-brasil>

Com base na leitura do trecho, assinale a opção que identifica corretamente a significação ou a estruturação do texto.

- (A) A defesa da tese expressa no texto se fundamenta no argumento do princípio da autoridade.
- (B) Há no texto uma crítica a um plano educacional a ser apresentado ao país.
- (C) O primeiro período é contraditado pelo restante do texto
- (D) Na forma verbal "alcançá-las", o pronome "las" se refere aos substantivos "fixação" e "determinação".
- (E) A existência de siglas entre parênteses mostra a preocupação do autor com a atualidade das informações.

8

Assinale a afirmativa em que se estabelece, respectivamente, uma relação de causa e consequência entre as ideias.

- (A) O rio, tendo abaixado, a areia apareceu.
- (B) Nossa casa pegará fogo, se as chamas passarem da cerca.
- (C) Sempre me chamam de bobo porque digo o que penso.
- (D) Ele a desprezava porque ela não havia cumprido sua palavra.
- (E) É preciso defender o silêncio, porque o silêncio está ameaçado.

9

Leia o seguinte texto argumentativo:

Senhor professor, sei que o senhor é bastante compreensivo, e está certo em suspender o meu filho por seus constantes atrasos, mas ocorre que nós moramos muito longe da escola e os ônibus que passam por nosso bairro não obedecem a um horário preciso. O não-comparecimento à escola só vai prejudicá-lo, por isso peço a sua reconsideração.

Quanto à estruturação argumentativa do texto, é correto afirmar que:

- (A) a justificativa apresentada pela mãe do aluno suspenso se apoia em argumentos de caráter sentimental.
- (B) na tentativa de convencer o professor, a mãe apela para razões sociais e educacionais.
- (C) os argumentos apresentados ao professor mostram fuga do assunto que motiva o pedido, ou seja, os atrasos do aluno.
- (D) o pedido apresentado pela mãe do aluno mostra a estruturação de um círculo vicioso.
- (E) apesar de ser um pedido, o texto mostra um caráter impositivo por parte da mãe.

10

Das cinco frases apresentadas a seguir, quatro expressam a mesma relação lógica, de concessão.

Assinale a frase que se distingue das demais por não mostrar esse valor semântico.

- (A) Embora seja rico, meu pai não é gastador.
- (B) Mesmo sendo rico, meu pai não é gastador.
- (C) Meu pai é rico, pois não é gastador.
- (D) Meu pai não é gastador, conquanto seja rico.
- (E) Meu pai não é gastador, não obstante ser rico.

Raciocínio Lógico-Matemático

11

Na lógica proposicional, uma regra de inferência apresenta a seguinte estrutura:

Caso ocorra P, necessariamente ocorrerá Q.

Como Q não ocorreu, conclui-se que P não ocorreu.

Assinale a afirmativa que aplica corretamente a regra citada.

- (A) Se chove, então a rua fica molhada. A rua está molhada. Logo, choveu.
- (B) Se estudo, então passo na prova. Não passei na prova. Logo, não estudei.
- (C) Se João vai ao cinema, então Maria fica em casa. João não foi ao cinema. Logo, Maria não ficou em casa.
- (D) Se Ana lê o livro, então ela faz o resumo. Ana fez o resumo. Logo, ela leu o livro.
- (E) Se o alarme toca, então há incêndio. Há incêndio. Logo, o alarme tocou.

12

Observe as duas sequências numéricas, dispostas na horizontal.

X	84	42	14	28	-
Y	4	8	24	12	48

Considerando a relação lógica entre as grandezas X e Y, assinale a opção que indica corretamente o valor omitido na tabela.

- (A) 56.
- (B) 21.
- (C) 7.
- (D) 18.
- (E) 32.

13

Analise a tabela de verdade a seguir.

P	Q	$P \vee Q$
V	V	
V	F	
F	V	
F	F	

Os valores que completam corretamente a última coluna da tabela, de cima para baixo, são:

- (A) V – V – V – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – F – V – F.
- (D) F – F – F – V.
- (E) V – F – F – F.

14

Considere a forma dos raciocínios a seguir.

- I. Nenhum número primo é divisível por 2, exceto o próprio 2. O número 5 é primo. Logo, o número 5 não é divisível por 2.
- II. Se uma empresa reduz custos, então aumenta o lucro. Esta empresa aumentou o lucro. Portanto, ela reduziu custos.
- III. Noto que nenhum gato que observei até hoje era roxo. Logo, não deve existir nenhum gato roxo.

É raciocínio do tipo indutivo o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

15

Considere a proposição a seguir.

Se o juiz deferir a liminar e o advogado protocola a petição, então a audiência é marcada ou os honorários são pagos.

O número de proposições simples que a constituem é de:

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 1.

16

A estrutura de um silogismo aristotélico se compõe de três partes que garantem o encadeamento dos raciocínios: a premissa maior, a premissa menor, e a conclusão.

Assinale a opção que indica corretamente uma premissa maior.

- (A) Ao menos um gato é preto.
- (B) Sócrates é um homem.
- (C) Então, todos os homens são mortais.
- (D) Alguns homens são artistas.
- (E) Todos os mamíferos são animais.

17

Em uma análise de processos internos, foi feita a seguinte afirmação:

Não é verdade que o analista liberou a requisição de compra e protocolou o relatório.

Com base na lógica proposicional, assinale a opção que apresenta uma proposição logicamente equivalente à afirmativa acima.

- (A) O analista não liberou a requisição de compra e não protocolou o relatório.
- (B) O analista não liberou a requisição de compra ou não protocolou o relatório.
- (C) Se o analista liberou a requisição de compra, então não protocolou o relatório.
- (D) O analista não liberou a requisição de compra ou protocolou o relatório.
- (E) Não é verdade que o analista liberou a requisição de compra ou protocolou o relatório.

18

Analise os itens a seguir.

- I. Segundo um amigo, o mercado de criptomoedas é confiável porque apenas mercados confiáveis atraem tantos investidores, e o grande número de investidores prova essa confiança.
- II. Ou você apoia a reforma fiscal exatamente como foi proposta, ou condena o país ao aumento infinito da dívida; qualquer escolha diferente destruirá nossa economia em poucos meses, sem chance de recuperação.
- III. Todo contrato com cláusula nula é inválido; o acordo apresentado contém cláusula nula; portanto, o acordo apresentado é inválido, independentemente de opiniões pessoais ou possíveis vantagens.

É argumento falacioso o que se indica em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Noções de Tecnologia da Informação e de Inteligência Artificial

19

Um estagiário do Tribunal de Contas está estudando a linguagem SQL padrão e aprendeu que seus comandos são agrupados de acordo com suas funcionalidades.

Com base nesse aprendizado, assinale a opção que apresenta apenas comandos pertencentes à categoria de definição de dados (DDL).

- (A) GRANT e REVOKE.
- (B) RESTOR e BACKUP.
- (C) ALTER, GRANT e SELECT.
- (D) DELETE, INSERT, SELECT e UPDATE.
- (E) ALTER, CREATE, DROP e TRUNCATE.

20

No contexto da segurança da informação, a integridade se refere a ser correto e consistente com o estado ou a informação pretendida. Qualquer modificação não autorizada de dados, quer deliberada ou acidental, é uma violação da integridade dos dados.

Em relação ao conceito de integridade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Quando um atacante insere um vírus, uma bomba lógica ou um *backdoor* em um sistema, a integridade do sistema é comprometida. Isso pode, por sua vez, afetar negativamente a integridade da informação contida no sistema mediante a corrupção, modificação maliciosa ou substituição de dados por dados incorretos. Controle de acesso estrito, detecção de intrusão e *hashing* podem combater essas ameaças.
- () A integridade dos dados pode ser garantida em grande parte por meio de técnicas de criptografia, que protegem as informações contra acessos ou alterações não autorizadas. Os princípios de política e de gestão para criptografia podem ser definidos em um documento específicos de diretrizes.
- () Ataques de negação de serviço e de *marshalling* são métodos em desuso que os atacantes usam para interromper a integridade dos dados e dos sistemas de uma organização. Esses ataques são planejados para alterar recursos ou sequestrar informações do sistema a partir de dispositivos móveis.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

21

Atualmente, a detecção de anomalias utiliza diversos métodos de inteligência artificial para identificar automaticamente alterações inesperadas no comportamento normal de um conjunto de dados. Com relação à detecção de anomalias, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Identificar e tratar anomalias de dados é importante por várias razões como, por exemplo, melhorar a qualidade de dados; tornar a tomada de decisão mais aprimorada; e alcançar desempenho otimizado em sistemas inteligentes.
- II. A detecção de anomalias tem uma variedade de casos de uso em vários setores. Por exemplo, é usada em finanças para detecção de fraudes; na indústria, para identificar defeitos ou mau funcionamento de equipamentos; em cibersegurança, para detectar atividades incomuns de rede; e, na saúde, para identificar condições anormais de pacientes.
- III. A detecção de valor discrepante pode ser desafiadora, porque as anomalias costumam ser raras e as características do comportamento normal podem ser complexas e dinâmicas. Do ponto de vista de uma organização, é essencial identificar anomalias reais em vez de falsos positivos ou ruído de dados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

22

WhatsApp é uma ferramenta de comunicação muito difundida na sociedade brasileira. Fúlvia, analista do TCE-PE, necessita fazer um checkup de privacidade no WhatsApp para escolher o nível de proteção certo para sua conta.

As ações que Fúlvia deverá executar são:

- (A) 1) Clicar em “Configurações”
2) Clicar em “Checkup” e, em seguida, em “Privacidade” e, em seguida, em “Grupos”
3) Selecionar uma das opções a seguir: todos, meus contatos, meus contatos exceto...
- (B) 1) Tocar no ícone mais opções (três pontos na vertical) e, em seguida, em “Configurações” e, em seguida, em “Privacidade”
2) Tocar em “Ligações”
3) Ativar ou desativar a opção “privacidade para números desconhecidos”
- (C) 1) Tocar no ícone mais opções (três pontos na vertical) e, em seguida, em “Configurações” e, em seguida, em “Privacidade”
2) Tocar em “Checkup de Privacidade”
3) Tocar na opção desejada para atualizar as respectivas configurações de privacidade
- (D) 1) Tocar no ícone mais opções (três pontos na vertical) e, em seguida, em “Configurações” e, em seguida, em “Privacidade”
2) Tocar em “Verificar”
3) Ativar ou desativar a opção “checkup de privacidade para números desconhecidos”
- (E) 1) Clicar em “Privacidade”
2) Clicar em “Checkup” e, em seguida, em “Verificar” e, em seguida, escolher “Grupos” ou “Canais” ou “Todos”
3) Caso necessário, clicar em “Denunciar”

23

Um dos grandes desafios para aplicação de TI na indústria brasileira se refere à infraestrutura de dados, que compreende soluções de armazenamento, processamento e gerenciamento de dados - incluindo aspectos de curadoria, de segurança e de privacidade -, bem como plataformas de computação em nuvem e ferramentas para desenvolvedores.

Com vistas a aperfeiçoar a Inteligência Artificial, com emprego da computação e armazenamento de dados brasileiros em nuvem, para proteger dados sigilosos, garantir a privacidade, a disponibilidade e a sua gestão apropriada, deve ser operacionalizada:

- (A) infraestrutura de nuvem exclusivamente privada fornecida por empresas internacionais, com assinatura de acordos de confidencialidade que visam garantir disponibilidade e integridade das informações.
- (B) infraestrutura de nuvem híbrida, que combine ambientes de nuvem pública e privada, gerida exclusivamente por empresas multinacionais com expertise e alta tecnologia, para aumentar a segurança e a soberania de dados críticos/sensíveis.
- (C) infraestrutura de nuvem exclusivamente em infraestrutura local, para garantia de soberania e privacidade dos dados.
- (D) infraestrutura de nuvem privada ou comunitária, gerida exclusivamente por órgãos ou empresas públicas.
- (E) infraestrutura de nuvem exclusivamente públicas para armazenamento de dados críticos/sensíveis em território nacional.

24

Relacione os conceitos de computação listados a seguir com suas respectivas definições.

1. Escalabilidade
 2. Disponibilidade
 3. Reprodutibilidade
 4. Algoritmo
- () Capacidade de aumentar ou diminuir os recursos computacionais necessários para executar um volume variável de tarefas, processos ou serviços.
- () Acesso e uso oportunos e confiáveis da informação garantidos.
- () Capacidade de obter resultados iguais ou semelhantes ao executar um modelo ou algoritmo no mesmo conjunto de dados.
- () Conjuntos de regras precisas para transformar entradas especificadas em saídas específicas em um número finito de etapas.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) 3 – 4 – 2 – 1.
- (B) 1 – 2 – 3 – 4.
- (C) 2 – 1 – 4 – 3.
- (D) 4 – 1 – 3 – 2.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

25

Sistemas legados são os que, independentemente da idade ou arquitetura, ainda são úteis e se referem a sistemas que, frequentemente, inibem o crescimento de uma organização e a sua capacidade de mudança. Tais sistemas operam a partir de configurações específicas desenvolvidas há muito tempo.

Com relação ao uso de navegadores em sistemas legados, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Navegadores desatualizados enfrentam desafios de uso devido à obsolescência tecnológica e à possível incompatibilidade com padrões modernos, apresentando vulnerabilidades de segurança ao operar em redes de computadores conectadas à internet.
- () Quando usuários tentam executar aplicações Java Applets legadas em navegadores modernos recém instalados, a maioria dos sistemas fica impedido de funcionar, mesmo após a instalação do Java.
- () Empresas podem ter dificuldades para atualizar navegadores por causa de sistemas legados críticos, o que as obriga a investir em soluções de cibersegurança, buscando proteger esse ambiente legado (com uma microsegmentação, por exemplo) ou aprimorar o controle de acesso.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

26

Trabalhar com dados não estruturados representa um grande desafio para as empresas, pois esses dados:

- (A) são planejados desde a elaboração da estrutura para um propósito estrito.
- (B) possuem estrutura rígida e previamente definida.
- (C) correspondem a estruturas que não limitam a quantidade de informações coletadas e hierarquizam seus documentos por meio de elementos semânticos, como o código HTML.
- (D) não requerem estruturas bem definidas ou padronizadas e podem ser compostos por elementos diversos, comuns ao cotidiano das pessoas.
- (E) representam cerca de 80% deste universo, podendo ser fotos, áudios, vídeos, textos, formulários online e tabelas de bancos de dados relacionais.

Legislação

27

Maria, pessoa com deficiência de caráter irreversível no Estado de Pernambuco, entendia se encontrar em situação de risco à sua vida e saúde e, por essa razão, deveria ser considerada vulnerável, cabendo às estruturas estatais de poder desse nível federativo adotar medidas para a garantia dos seus direitos.

Ao analisar os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 14.789/2012, que instituiu a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, Maria concluiu corretamente que:

- (A) as deficiências devem ser atestadas em laudo pericial com validade bienal.
- (B) o laudo que atesta as deficiências físicas pode ser elaborado por médico especialista, público ou privado, e terá validade por tempo indeterminado.
- (C) caso a deficiência decorra de enquadramento no Transtorno do Espectro Autista, será observada a regulamentação estabelecida pela legislação federal na emissão do laudo.
- (D) o laudo, emitido apenas pela rede pública, será válido para os serviços públicos e benefícios a serem obtidos pela rede estadual, e para as operadoras de seguro-saúde e planos de saúde.
- (E) o laudo terá validade por tempo determinado e somente será válido para os serviços públicos e benefícios a serem obtidos pela rede estadual, não para as operadoras de seguro-saúde e planos de saúde.

28

João, servidor público no âmbito da administração pública do Estado *Alfa*, recebeu, em seu setor, requerimento de acesso à informação formulado por Pedro, um conhecido de sua juventude em relação ao qual não tinha muito apreço. Em razão dos sentimentos negativos que possui em relação a Pedro, João deliberadamente retardou o atendimento do que lhe foi requerido, fornecendo parte das informações de forma imprecisa. Considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que:

- (A) as condutas ilícitas decorrentes da aplicação desse diploma normativo não estão tipificadas em seu corpo, mas, sim, em normas específicas.
- (B) a conduta de João é considerada ilícita por esse diploma normativo, mas as normas nele contidas não incursionam na sua tipificação administrativa ou criminal.
- (C) a conduta de João encontra-se tipificada nesse diploma normativo como infração disciplinar, devendo ser objeto de processo administrativo da mesma natureza.
- (D) as sanções de advertência ou multa, a serem aplicadas conforme o juízo de valor da autoridade competente, foram cominadas para a conduta ilícita praticada por João.
- (E) a conduta de João está tipificada nesse diploma normativo como infração penal, o que não afasta a sua tipificação como infração administrativa no regime jurídico de regência.

29

O Município *Alfa*, no processo de gestão e governança de dados pessoais dos usuários de determinado serviço público específico e divisível, estruturou um novo sistema informatizado que permitiu que esses dados fossem livremente acessados pela internet, o que gerou grande discussão em relação à sua compatibilidade com a Lei nº 13.709/2018 e às possíveis consequências dessa conduta.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que, na situação descrita:

- (A) apesar da ilicitude da conduta, a atuação das estruturas estatais de poder não está sujeita à fiscalização da autoridade nacional.
- (B) o fornecimento de dados pessoais configura situação de tratamento, que pode ser realizado caso não haja negativa expressa dos titulares.
- (C) a autoridade nacional pode enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação no âmbito do Município *Alfa*, mas não pode aplicar a sanção de multa.
- (D) a autoridade nacional, no exercício do seu poder sancionador, pode aplicar multa ao gestor responsável pela liberação dos dados, a ser subsidiariamente arcada por *Alfa*.
- (E) a autoridade nacional pode expedir recomendações e normas de caráter geral, mas não lhe compete emitir parecer técnico em relação ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018, considerando a autonomia política de *Alfa*.

30

No âmbito de determinada Secretaria do Estado de Pernambuco, foram iniciados estudos com o objetivo de promover uma reforma estrutural, no entorno de uma comunidade tradicional remanescente de quilombos, que tem historicamente preservado as tradições africanas e afrodescendentes no território estadual, tornando-se, inclusive, importante ponto de natureza turística.

À luz desse quadro, como a medida administrativa a ser adotada é suscetível de afetar diretamente essa comunidade, debateu-se a necessidade, ou não, dela ser consultada previamente, tendo-se concluído corretamente, à luz da Lei Estadual nº 18.202/2023, que a consulta:

- (A) seria necessária somente caso a medida administrativa fosse adotada no interior da área territorial ocupada pela comunidade.
- (B) deve ser realizada sempre que possível e tecnicamente justificável e viável, mas a resposta não será vinculante para a administração pública.
- (C) é requisito indispensável à adoção da medida administrativa e a administração somente pode deixar de acolher o posicionamento da comunidade em decisão motivada.
- (D) considera a autonomia política do Estado de Pernambuco, a qual não pode ser obstada por interesses específicos da comunidade tradicional, desde que o direito de propriedade coletiva desta última não seja afetado, na perspectiva do uso, do gozo e da fruição.
- (E) avalia o entorno do território ocupado pela comunidade como uma área de amortecimento, sujeito, portanto, ao mesmo regime jurídico, logo, a aprovação pela comunidade é requisito indispensável à implementação da medida administrativa.

Conhecimentos Específicos (Administração)

Controle Externo e Legislação do TCE-PE

31

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) não realizou a prestação de contas de sua gestão no prazo legalmente estabelecido.

Nessa hipótese, considerando as disposições da Lei Orgânica do TCE-PE, a autoridade ou o órgão competente para instaurar a respectiva tomada de contas especial é a (o):

- (A) Corregedor Geral da Assembleia Legislativa.
- (B) Controlador Geral do TCE-PE.
- (C) Presidente da Assembleia Legislativa.
- (D) Corregedor Geral do Tribunal de Contas.
- (E) Vice-Presidente do Tribunal de Contas.

32

O gestor de uma autarquia municipal, integrante da administração indireta de município sob jurisdição do TCE-PE, não realizou a prestação de contas do respectivo exercício financeiro. Por sua vez, a autoridade municipal competente para instaurar a correspondente tomada de contas especial foi omissa, inviabilizando a análise e o julgamento das contas anuais pela Corte de Contas pernambucana.

Considerando a situação, assinale o procedimento que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco deverá adotar para viabilizar o julgamento das contas não prestadas nem tomadas pela autoridade responsável.

- (A) Instaurar processo de auditoria especial.
- (B) Recomendar à Câmara Municipal que instaure a tomada de contas especial.
- (C) Requerer ao Ministério Público de Contas a instauração da tomada de contas.
- (D) Abrir processo específico com a finalidade de julgar as contas como irregulares.
- (E) Representar às autoridades competentes, como Ministério Público e Assembleia Legislativa, os indícios de irregularidades.

33

As atribuições, composição e organização dos Tribunais de Contas são definidas na Constituição da República e na legislação ordinárias.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas pode prever norma que vede a participação de mais de um Conselheiro-Substituto em seu órgão Pleno.
- II. Normas que atribuam a emissão de pareceres opinativos aos auditores de Tribunal de Contas estadual são inconstitucionais, por incompatibilidade com a função de judicatura de contas.
- III. A edição de norma estadual é constitucional, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre regras de prescrição e decadência aplicáveis aos processos e decisões dos Tribunais de Contas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34

No exercício de sua função judicante, o Tribunal de Contas deve assegurar aos seus jurisdicionados o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, o que inclui a prerrogativa de recorrer das decisões da Corte de Contas.

A esse respeito, analise as situações a seguir.

- I. João pretende recorrer de decisão interlocutória a cargo do Relator, que entende ter-lhe sido prejudicial.
- II. Maria pretende recorrer de decisão do Tribunal de Contas fundada em erro de cálculo, que comprovará por meio de apresentação de documentos novos.

Os recursos previstos na Lei Orgânica do TCE-PE que poderão ser propostos, respectivamente, por João e Maria, são:

- (A) agravo – pedido de rescisão.
- (B) embargo de declaração – revisão.
- (C) agravo interno – revisão.
- (D) recurso em sentido estrito – agravo.
- (E) agravo regimental – embargos declaratórios.

Administração Geral e Pública

35

A amplitude administrativa, também chamada de amplitude de comando, refere-se ao número de subordinados supervisionados por um gestor. Esse conceito influencia diretamente a estrutura organizacional de uma instituição.

Com base no princípio de amplitude administrativa, assinale a afirmativa que interpreta corretamente sua aplicação nas estruturas organizacionais.

- (A) A grande amplitude administrativa ocorre quando o número de gestores é superior ao número de subordinados.
- (B) Se um administrador supervisiona muitos subordinados, diz-se que ele possui uma grande amplitude de comando.
- (C) A amplitude administrativa é irrelevante para o desenho da estrutura organizacional nos níveis mais altos da hierarquia.
- (D) Quando a amplitude administrativa é estreita, a organização tende a ter menos níveis hierárquicos e uma estrutura mais achatada.
- (E) A amplitude de comando está relacionada apenas às atividades operacionais e não se aplica aos níveis tático e estratégico da organização.

36

A direção é uma das funções essenciais da administração e refere-se à forma como os gestores se relacionam com suas equipes para alcançar os objetivos organizacionais.

Nesse contexto, é correto afirmar que a direção:

- (A) é uma atribuição centrada no controle de recursos materiais da organização.
- (B) é um encargo que independe da motivação dos subordinados, pois seu foco principal é o cumprimento de metas numéricas.
- (C) é uma função centrada na atuação direta sobre as pessoas, por meio de liderança, motivação e comunicação.
- (D) é uma etapa inicial do processo administrativo, dedicada exclusivamente ao planejamento estratégico.
- (E) é uma atividade substituível pelas funções de organização e controle, que se concentram na definição de processos internos.

37

Considerando a evolução dos modelos de administração pública — do paradigma burocrático ao pós-burocrático —, assinale a opção que apresenta corretamente uma característica ou desdobramento histórico desses modelos.

- (A) A crítica ao modelo burocrático levou ao surgimento de abordagens gerencialistas, que enfatizam eficiência, resultados e foco no cidadão.
- (B) O modelo gerencial baseia-se no clientelismo e na centralização da autoridade como forma de assegurar a eficiência pública.
- (C) O paradigma pós-burocrático retoma princípios do patrimonialismo como forma de flexibilizar as regras e reduzir os controles institucionais.
- (D) A administração pública patrimonialista supera a burocrática ao separar com mais clareza os interesses públicos dos interesses privados.
- (E) O modelo burocrático é amplamente reconhecido como o paradigma ideal para lidar com demandas complexas e dinâmicas da sociedade contemporânea.

38

A Administração Pública exerce diferentes poderes para assegurar a ordem, a legalidade e o interesse público.

Com base no conceito moderno de poder de polícia adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção que apresenta corretamente uma de suas características, finalidades ou limites.

- (A) Exercer sanções disciplinares sobre servidores públicos caracteriza o poder de polícia, pois busca manter a hierarquia e a ordem interna da Administração.
- (B) Restringir direitos individuais apenas em matéria tributária define o escopo do poder de polícia conforme o Código Tributário Nacional.
- (C) Limitar direitos fundamentais sem respaldo legal, desde que haja interesse público, é uma prerrogativa legítima do poder de polícia.
- (D) Regular relações internas entre órgãos e entidades administrativas é a principal função atribuída ao poder de polícia no âmbito público.
- (E) Impor limites à liberdade ou à propriedade, em razão da segurança, higiene ou tranquilidade pública, configura exercício legítimo do poder de polícia.

39

A Administração Pública brasileira organiza-se por meio de entidades da administração direta e indireta, conforme as competências previstas na Constituição e em leis específicas.

Com base nessa organização, identifique a afirmativa correta acerca das características e da natureza jurídica das entidades da administração indireta.

- (A) As fundações públicas de direito privado exercem função de comando hierárquico sobre autarquias e empresas públicas.
- (B) As fundações públicas são entidades privadas com fins lucrativos, instituídas por particulares e reconhecidas pelo Estado como de utilidade pública.
- (C) As fundações públicas de direito privado são instituídas por autorização legislativa, adquirem personalidade jurídica com o registro em cartório e não se submetem às regras do Código Civil sobre fundações privadas.
- (D) As fundações públicas estão subordinadas diretamente ao Chefe do Poder Executivo.
- (E) As sociedades de economia mista e empresas públicas, por exercerem atividade econômica, não integram a administração pública indireta.

40

No âmbito do regime jurídico dos agentes públicos estaduais, a Lei nº 6.123/1968 estabelece regras sobre a estrutura dos cargos públicos e as formas de provimento no serviço público de Pernambuco.

Com base nas disposições dessa norma, é correto afirmar que os cargos:

- (A) de direção e chefia compõem exclusivamente o quadro de servidores estáveis da administração direta.
- (B) em comissão são vedados para funções de assessoramento, conforme determina a Constituição Federal.
- (C) de provimento efetivo organizam-se em classes, podendo formar séries de classes ou constituírem classe única.
- (D) de provimento efetivo podem ser ocupados por livre nomeação e exoneração, desde que vinculados a funções de direção.
- (E) de provimento em comissão destinam-se exclusivamente a servidores efetivos, sendo vedada sua ocupação por pessoas sem concurso público.

41

O regime jurídico dos servidores públicos do Estado de Pernambuco é disciplinado pela Lei nº 6.123/1968, que estabelece regras sobre ingresso, estabilidade e demissão.

Considerando essa norma e as disposições constitucionais aplicáveis, assinale a opção que apresenta uma afirmação juridicamente correta sobre esses temas.

- (A) O servidor estável só poderá ser demitido por decisão judicial transitada em julgado, sendo vedada a instauração de inquérito administrativo.
- (B) O servidor público estadual adquire estabilidade no cargo que ocupa após três anos de exercício, desde que avaliado com desempenho satisfatório.
- (C) A aquisição da estabilidade garante ao servidor o direito de permanecer no cargo independentemente de necessidade administrativa ou reorganização estrutural.
- (D) A estabilidade adquirida após dois anos de efetivo exercício refere-se ao cargo específico e impede a exoneração do servidor mesmo em caso de extinção do cargo.
- (E) A estabilidade refere-se ao serviço público, e não ao cargo específico, podendo o servidor ser removido, mas não demitido sem processo administrativo com ampla defesa.

42

A Administração Pública Gerencial é uma filosofia de administração baseada em um conjunto de doutrinas (prescrições para a ação) e justificativas (valores normativos). Esses valores conferem sentido racional às doutrinas e se agrupam em três grupos: *sigma*, *theta* e *lambda*, cada um associado a diferentes lógicas de gestão e prioridades institucionais.

Considerando as características desses grupos de valores, assinale a opção que associa corretamente o grupo ao conjunto dos princípios que o qualificam.

- (A) O grupo *sigma* é mais compatível com sistemas políticos que valorizam a espontaneidade institucional, a improvisação e a resposta rápida a crises.
- (B) O grupo *lambda* sustenta doutrinas que priorizam eficiência e racionalização administrativa, mesmo que à custa da flexibilidade organizacional.
- (C) o grupo *theta* fundamenta prescrições preocupadas com a *accountability*, a legalidade e a limitação de abusos por parte dos agentes públicos.
- (D) o grupo *sigma* enfatiza a promoção da justiça social, da neutralidade e do controle ético da burocracia, sendo central para doutrinas voltadas à equidade.
- (E) o grupo *lambda* sustenta os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, com foco no cumprimento estrito de normas.

43

No âmbito da reforma gerencial do Estado brasileiro, foi adotada a estratégia de publicização como forma de reorganizar a prestação de serviços públicos não exclusivos.

Considerando essa estratégia, é correto afirmar que:

- (A) a criação de uma organização social depende exclusivamente de iniciativa do Poder Executivo e não requer contrato de gestão.
- (B) as organizações sociais são entidades públicas de direito privado que integram a administração indireta após celebrarem contrato de gestão.
- (C) a publicização refere-se à transformação de órgãos estatais em organizações sociais, com transferência integral do patrimônio e do quadro funcional.
- (D) a publicização consiste na transferência de atividades estatais não exclusivas para entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais.
- (E) após a publicização, a entidade estatal é convertida automaticamente em organização social, mantendo sua estrutura jurídica original sob novo regime.

44

Um servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo na área de fiscalização urbana, durante o exercício regular de suas funções, aceita oferta de consultoria privada para um grupo empresarial que possui empreendimentos em tramitação na prefeitura. Embora não tenha deixado de cumprir suas atribuições formais, ele passou a orientar informalmente esse grupo sobre como contornar exigências regulatórias, aproveitando-se do conhecimento técnico e dos contatos que possui na Administração.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021), essa conduta pode configurar:

- (A) exercício regular de função pública, não havendo ilicitude, desde que o servidor não tenha causado prejuízo efetivo ao erário.
- (B) infração disciplinar, mas não ato de improbidade, pois o vínculo com o grupo empresarial é informal e não resultou em vantagem econômica direta.
- (C) ato de improbidade administrativa, por configurar vantagem indevida decorrente de atividade incompatível com a função pública, ainda que não haja dano material.
- (D) violação à moralidade administrativa, punível exclusivamente com advertência ou suspensão, sem repercussão na esfera da improbidade.
- (E) conflito ético resolvido no âmbito interno da Administração, mas sem implicações legais, dada a ausência de enriquecimento pessoal comprovado.

45

Em uma determinada prefeitura, um agente público, ocupante de cargo em comissão, foi exonerado após o término da gestão do prefeito que o nomeou. Alegando violação ao princípio da continuidade administrativa e ao direito adquirido, o servidor ingressou com ação judicial pleiteando sua recondução ao cargo.

Com base nos dispositivos constitucionais que regem o regime jurídico dos servidores públicos civis, é correto afirmar que:

- (A) a estabilidade prevista no art. 41 da Constituição estende-se automaticamente aos ocupantes de cargos em comissão após dois anos de efetivo exercício.
- (B) o direito à permanência no cargo em comissão depende da demonstração de desempenho satisfatório e da ausência de reprovação em avaliação periódica prevista em lei.
- (C) a nomeação para cargo em comissão pressupõe a aprovação prévia em concurso público e, após sua exoneração, o agente pode ser reconduzido por decisão judicial para fins de continuidade administrativa.
- (D) o cargo em comissão é de livre nomeação e exoneração, não gerando direito subjetivo à permanência nem estabilidade, conforme previsto no art. 37, inciso II, da Constituição.
- (E) a exoneração de cargo em comissão, por se tratar de ato discricionário da Administração, não fere os princípios da moralidade e da continuidade administrativa, devendo ser motivada sempre que houver mudança de governo.

46

Durante a avaliação de uma política pública de acesso à educação em comunidades vulneráveis, verificou-se que ela cumpriu rigorosamente os procedimentos normativos previstos no plano de implementação, com aplicação adequada dos recursos orçamentários e entrega de equipamentos escolares. No entanto, os resultados apontaram baixo impacto na redução da evasão escolar e desigualdades persistentes entre regiões com diferentes níveis de renda.

Com base nas etapas do ciclo das políticas públicas e nos critérios usuais de avaliação, é correto afirmar que essa política pública apresentou:

- (A) alto nível de eficácia e efetividade, pois cumpriu os objetivos propostos e gerou valor social à população beneficiada.
- (B) eficiência administrativa e economicidade, mas baixa efetividade e equidade, pois não conseguiu gerar impacto social relevante nem reduzir desigualdades.
- (C) igualdade na distribuição dos recursos, mas ausência de economicidade, pois não houve redução no uso dos insumos previstos.
- (D) produtividade elevada e eficiência econômica reduzida, pois houve grande volume de saídas com uso mínimo de recursos.
- (E) equidade e efetividade, mas baixa eficiência administrativa, em razão do descumprimento de normas orçamentárias durante a implementação.

Governança Pública

47

O planejamento estratégico é uma ferramenta essencial para a administração pública e privada, pois orienta a organização rumo ao futuro desejado. Ele se diferencia do planejamento tático em vários aspectos.

Considerando essas diferenças, é correto afirmar que o planejamento:

- (A) tático tem maior amplitude e menor flexibilidade do que o estratégico.
- (B) tático lida com prazos longos, visão mais ampla e grande número de variáveis.
- (C) estratégico é caracterizado por maior prazo, maior amplitude e menor flexibilidade do que o tático.
- (D) estratégico está voltado ao curto prazo e a metas mais restritas, com alta flexibilidade.
- (E) estratégico é responsável por ações operacionais específicas, com foco restrito e metas pontuais.

48

A matriz SWOT é uma ferramenta amplamente utilizada na análise do ambiente organizacional.

Considerando os elementos que compõem essa matriz, assinale a opção que descreve corretamente sua aplicação, natureza ou escopo.

- (A) As oportunidades e ameaças fazem parte do ambiente interno da organização.
- (B) A análise SWOT é aplicada apenas em empresas privadas com fins lucrativos.
- (C) A SWOT analisa exclusivamente o ambiente interno, desconsiderando fatores externos.
- (D) Os pontos fortes e fracos estão relacionados a fatores externos, como legislação e economia.
- (E) Os pontos fortes e fracos estão ligados ao ambiente interno, enquanto as oportunidades e ameaças pertencem ao ambiente externo.

49

O ciclo PDCA é uma ferramenta da gestão de processos que contribui para a melhoria contínua das atividades organizacionais. Com base nessa abordagem, é correto afirmar que:

- (A) na etapa *Plan*, são realizadas ações corretivas após o monitoramento de falhas no processo.
- (B) a fase *Do* tem como foco principal a definição de metas e indicadores de desempenho para orientar a execução.
- (C) o momento *Act* ocorre antes da execução das atividades e visa garantir a análise de viabilidade orçamentária do plano de ação.
- (D) a etapa *Check* consiste em avaliar os resultados obtidos e compará-los com os objetivos planejados, utilizando indicadores de desempenho.
- (E) o ciclo PDCA não admite ajustes nos processos após a implementação, pois seu foco está apenas no planejamento inicial e na execução.

50

A gestão do conhecimento tem ganhado destaque na administração pública brasileira como ferramenta para promover inovação, continuidade administrativa e melhoria na prestação de serviços. Diversos modelos são adotados para estruturar essa prática no setor público.

A esse respeito, assinale a afirmativa que identifica corretamente um dos modelos de gestão do conhecimento utilizado no setor público brasileiro.

- (A) O Método OKA, adaptado pela Escola Nacional de Administração Pública, é uma das referências utilizadas para estruturar a gestão do conhecimento em instituições públicas.
- (B) A gestão do conhecimento no setor público brasileiro ocorre predominantemente por meio de práticas informais de compartilhamento de experiências, com pouca adesão a modelos estruturados.
- (C) A gestão do conhecimento dispensa a sistematização de práticas, pois se baseia na criatividade dos servidores para absorver o conhecimento tácito.
- (D) a aplicação da gestão do conhecimento tem como foco principal a redução de gastos operacionais, sem relação com a continuidade administrativa.
- (E) o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEG) apresenta limitações significativas para aplicação em instituições públicas devido à sua ênfase em metas de lucratividade.

51

O *Balanced Scorecard* (BSC) é uma ferramenta de gestão estratégica que visa traduzir a missão e a visão da organização em objetivos e indicadores distribuídos em quatro perspectivas principais.

A respeito do BSC, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente esse modelo de gestão.

- (A) Privilegia indicadores financeiros como única medida de desempenho, dado seu foco em resultados contábeis de curto prazo.
- (B) Equilibra medidas financeiras com indicadores relacionados ao capital intelectual, como aprendizado organizacional e inovação.
- (C) Desconsidera fatores externos à organização, concentrando-se nos processos internos e na eficiência operacional.
- (D) Concentra-se nos resultados passados (*lagg indicators*), desconsiderando previsões ou tendências futuras (*leading indicators*).
- (E) É uma ferramenta de uso exclusivo do setor privado, sendo incompatível com as práticas de planejamento estratégico no setor público.

52

A Gestão por Resultados é uma abordagem da administração pública voltada para o alcance de metas e a melhoria do desempenho institucional.

Com base nessa abordagem, assinale a afirmativa que descreve corretamente os principais itens da agenda para a estruturação da gestão por resultados.

- (A) A gestão por resultados prescinde da formulação estratégica de políticas públicas, priorizando a adaptação de metas aos recursos disponíveis.
- (B) A responsabilização dos gestores é desnecessária quando os recursos públicos estão sujeitos a regras rígidas de execução orçamentária.
- (C) A avaliação de desempenho deve ser desvinculada dos processos de monitoramento para evitar conflitos entre planejamento e execução.
- (D) A utilização de indicadores de impacto e sistemas de monitoramento permite corrigir desvios e aprimorar continuamente as políticas públicas.
- (E) A descentralização da tomada de decisão compromete a efetividade da gestão por resultados, pois dificulta o controle centralizado das ações.

53

A gestão ágil de projetos tem se consolidado como uma alternativa às abordagens tradicionais, especialmente em contextos de alta incerteza e necessidade de resposta rápida às mudanças. Trata-se de um modelo de gestão caracterizado por princípios e práticas específicos.

Com base nessa concepção, assinale a opção que caracteriza corretamente um aspecto da gestão ágil de projetos.

- (A) Projetos com baixa variabilidade de requisitos e alta padronização de processos são os mais indicados para adoção dessa abordagem.
- (B) Planejamento detalhado de longo prazo, visando à redução de riscos associados à entrega parcial de produtos, é privilegiado na gestão ágil de projetos.
- (C) Equipes auto-organizadas são desestimuladas na gestão ágil, já que a tomada de decisão centralizada assegura maior controle dos prazos e dos produtos.
- (D) Entregas incrementais de valor por meio de interações frequentes com o cliente, especialmente em contextos de mudança contínua, são favorecidos pela gestão ágil.
- (E) Definição rígida de requisitos no início do projeto, de modo a evitar mudanças durante o desenvolvimento e assegurar previsibilidade no cronograma, são um pressuposto da gestão ágil.

54

A governança pública contemporânea tem evoluído para além dos modelos hierárquicos tradicionais, incorporando boas práticas de gestão alinhadas aos princípios constitucionais da administração pública. Nesse contexto, a governança em rede emerge como uma abordagem que promove a efetividade das políticas públicas por meio da articulação entre múltiplos atores.

Com base nesse cenário, pode-se afirmar que:

- (A) a governança em rede valoriza a autonomia dos parceiros envolvidos, sendo, portanto, dispensável a existência de objetivos ou metas comuns.
- (B) os princípios da administração pública, como legalidade e impessoalidade, entram em conflito com os mecanismos informais de coordenação característicos da gestão em rede.
- (C) a atuação em redes exige que os gestores públicos adotem boas práticas de gestão colaborativa, como negociação, definição clara de responsabilidades e articulação setorial.
- (D) a governança em rede reforça os mecanismos verticais de controle típicos da administração burocrática, garantindo maior centralização da autoridade decisória.
- (E) a dispersão da autoridade na governança em rede elimina a necessidade de mecanismos de *accountability*, pois os resultados são compartilhados entre os atores envolvidos.

55

A gestão de riscos na administração pública visa antecipar, mitigar ou aproveitar incertezas que possam afetar o alcance dos objetivos organizacionais.

Nesse contexto, a adoção de uma estratégia equivocada que compromete a reputação institucional e a capacidade de cumprimento do plano plurianual caracteriza um risco:

- (A) estratégico.
- (B) operacional.
- (C) tático.
- (D) financeiro.
- (E) de conformidade.

56

A governança no setor público requer uma estrutura robusta de gestão de riscos, conforme orienta o Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesse contexto, uma boa estrutura de gestão de riscos deve necessariamente contemplar a:

- (A) eliminação de incertezas por meio da adoção de diretrizes estáveis e permanentes para avaliação de riscos operacionais e reputacionais.
- (B) centralização da gestão de riscos em comissões técnicas isoladas dos processos de governança, com ênfase predominante na conformidade regulatória.
- (C) formalização de um plano de integridade desvinculado dos processos decisórios da alta administração, assegurando o sigilo das exposições ao risco.
- (D) criação de instâncias de ouvidoria voltadas ao controle social dos riscos fiscais e financeiros, sem articulação com outras áreas organizacionais.
- (E) definição de limites de exposição ao risco e critérios de avaliação, bem como o estabelecimento de fluxos de comunicação internos e externos para decisões e informações sobre riscos.

Licitações e Contratos Administrativos

57

João, autoridade administrativa competente no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, indicou Matheus, servidor público, para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, observando o princípio segundo o qual é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, se está diante de uma manifestação do princípio do (da):

- (A) segregação de funções, o qual, embora não tenha assento expresso no texto legal, é fruto de construção doutrinária.
- (B) economicidade, o qual, embora não tenha assento expresso no texto legal, é fruto de construção doutrinária.
- (C) segregação de funções, o qual dispõe de assento expresso no texto legal.
- (D) economicidade, o qual dispõe de assento expresso no texto legal.
- (E) planejamento, o qual dispõe de assento expresso no texto legal.

58

No último ano de mandato de João, Chefe do Poder Executivo, o Estado *Alfa* celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária *Alfa*, com o objetivo de realizar obras de grande relevância regional. Registre-se, contudo, ser necessário o licenciamento ambiental, por se tratar de atividade com significativo impacto ambiental.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- () Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, após determinação da autoridade administrativa competente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- () Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, as licenças ambientais deverão ser obtidas até a data da assinatura do contrato.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

59

O Estado de Pernambuco publicou edital de processo licitatório, no âmbito do qual deverá ser observado, como modalidade de licitação, o diálogo competitivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre o diálogo competitivo, é correto afirmar que:

- (A) o diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos cinco servidores efetivos ou ocupantes de cargo em comissão, pertencentes aos quadros da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
- (B) os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidas todas as entidades privadas interessadas, desde que tenham natureza jurídica de companhia, de capital aberto ou fechado, e que preencham os demais requisitos objetivos estabelecidos.
- (C) a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de quinze dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- (D) a Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas e comunicadas por um licitante, de forma a estimular o diálogo entre as entidades interessadas em contratar com o Poder Público.
- (E) o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas.

60

A sociedade empresária *Alfa* se inscreveu em processo licitatório em curso junto à Administração Pública do Estado de Pernambuco, no âmbito do qual o julgamento será efetivado em observância ao critério do maior retorno econômico.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre o critério de julgamento do maior retorno econômico, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O edital de licitação deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado.
- () Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.
- () Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência, a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – V – V.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

61

No curso de processo licitatório realizado pelo Estado de Pernambuco, houve empate entre as propostas oferecidas pela entidade ABC e pela sociedade empresária XYZ, o qual persistiu após o emprego de todos os critérios de desempate previstos em lei. Nesse contexto, o Poder Público apurou que a entidade ABC, empresa argentina, está estabelecida em Recife/PE, enquanto a sociedade empresária XYZ, empresa brasileira, tem sede em São Paulo/SP e investe em pesquisa na República Federativa do Brasil. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) caberá ao Estado de Pernambuco, a partir de critérios de conveniência e oportunidade, atribuir preferência à sociedade empresária XYZ ou à entidade ABC.
- (B) em razão do empate, mesmo após o emprego de todos os critérios de desempate, a licitante vencedora será definida por sorteio.
- (C) será assegurada preferência à sociedade empresária XYZ, por investir em pesquisa na República Federativa do Brasil.
- (D) será assegurada preferência à entidade ABC, por estar estabelecida em Recife/PE.
- (E) será assegurada preferência à sociedade empresária XYZ, por ser empresa brasileira.

62

Interessada em participar de processo licitatório no âmbito do Estado de Pernambuco, a sociedade empresária Alfa buscou, junto à legislação de regência, informações atinentes à fase de habilitação econômico-financeira. Com efeito, a entidade tomou conhecimento de que a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
- () É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.
- () A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até cinco por cento do valor estimado da contratação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

63

Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O compromisso buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.
- () O compromisso não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral, salvo em caráter excepcional, devidamente justificado pela autoridade administrativa competente.
- () O compromisso deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

64

Como se sabe, o edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar a taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é **incorreto** afirmar que:

- (A) o contrato deverá refletir a alocação realizada pela matriz de riscos, especialmente quanto às hipóteses de alteração para o restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato nos casos em que o sinistro seja considerado na matriz de riscos como causa de desequilíbrio não suportada pela parte que pretenda o restabelecimento.
- (B) a matriz de alocação de riscos deverá promover a alocação eficiente dos riscos de cada contrato e estabelecer a responsabilidade que caiba a cada parte contratante, bem como os mecanismos que afastem a ocorrência do sinistro e mitiguem os seus efeitos, caso este ocorra durante a execução contratual.
- (C) quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- (D) nas contratações por tarefas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- (E) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

65

Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas, exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas, vedando-se, contudo, condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato.
- II. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- III. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, salvo perante o registro de imóveis.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

66

O Estado de Pernambuco pretende celebrar contrato administrativo para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida. Por sua vez, a União se vê diante da necessidade de intervir no domínio econômico para regular preços e normalizar o abastecimento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o:

- (A) Estado de Pernambuco poderá proceder à contratação direta, por se tratar de hipótese de licitação dispensável. Por sua vez, a União, no caso narrado, não deverá realizar o processo licitatório, por força da inexigibilidade da licitação.
- (B) Estado de Pernambuco poderá proceder à contratação direta, por se tratar de hipótese de licitação dispensável. Por sua vez, a União, no caso narrado, deverá realizar o processo licitatório.
- (C) Estado de Pernambuco deverá realizar o processo licitatório. Por sua vez, a União, no caso narrado, não deverá realizar o processo licitatório, por força da inexigibilidade de licitação.
- (D) Estado de Pernambuco e a União poderão, nos casos narrados, proceder à contratação direta, por se tratar de hipóteses de licitação dispensável.
- (E) Estado de Pernambuco e a União deverão, nos casos narrados, proceder à contratação direta, por se tratar de hipóteses de licitação inexigível.

67

Após consultar a sua equipe jurídica sobre os procedimentos auxiliares das licitações, o Prefeito do Município *Alfa*, no Estado de Pernambuco, tomou conhecimento sobre a existência do sistema de registro de preços, que nada mais é do que o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, o edital de licitação para registro de preços não deverá dispor sobre:

- (A) a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
- (B) o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.
- (C) o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior retorno econômico sobre tabela de preços praticada no mercado.
- (D) a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.
- (E) as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida.

68

O Estado de Pernambuco, em observância às formalidades legais, deflagrou processo de contratação direta da entidade privada *Alfa*, por estar diante de hipótese de inexigibilidade de licitação.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise os documentos listados a seguir.

- I. Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
- II. Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
- III. Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.

O processo de contratação direta deverá ser instruído com o(s) documento(s) elencado(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

69

Respeitadas as normas gerais da União, o reajustamento de preços dos contratos celebrados no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, autárquica e fundacional deverá observar o índice de correção monetária que melhor reflita a efetiva variação de custos da obra, serviço ou produto contratado, conforme definido em decreto.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 17.555/2021, analise os itens a seguir.

- I. Contratos por escopo ou de serviços e fornecimento contínuos, com vigência plurianual, quando o pedido deixar de ser formalizado no prazo de até seis meses após completado o período aquisitivo da anualidade.
- II. Aditivos de prorrogação de prazo dos contratos de serviços e fornecimento contínuo, quando o instrumento for assinado sem que haja prévio pedido protocolado.
- III. Contratos em geral, quando os pedidos forem apresentados até três meses antes da extinção da vigência contratual.

O exercício do direito ao reajustamento será objeto de preclusão na(s) hipótese(s) elencada(s) em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

70

Nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021, que estabelece normas especiais relativas aos procedimentos de reajustamento de preços dos contratos firmados no âmbito da Administração Pública Estadual, o reajustamento deverá observar o interregno mínimo de um ano a contar da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação ou, no caso das dispensas e das inexigibilidades, da data de apresentação da proposta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 17.555/2021, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Nas contratações de locação de imóveis em que o Estado, suas autarquias e fundações públicas sejam locatários, assim como nas permissões e concessões onerosas de uso de bens públicos estaduais e em instrumentos congêneres, o interregno mínimo de um ano deve ser contado da data da assinatura do ajuste.
- () A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva da contratada não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.
- () Nos contratos plurianuais, os reajustamentos subsequentes ao primeiro terão sua anualidade contada da data do fato gerador do último reajustamento.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Direito Financeiro

71

Durante a análise de um projeto de lei orçamentária, um deputado estadual propôs a exclusão de diversas receitas patrimoniais do Estado, sob o argumento de que não eram receitas tributárias e, portanto, não estariam submetidas ao princípio da universalidade orçamentária.

Diante da proposta apresentada pelo deputado estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proposta é inválida, pois contraria o princípio da exclusividade, que impede a inclusão de qualquer receita pública no orçamento anual, devendo estas constar exclusivamente do Plano Plurianual.
- (B) A proposta é válida, pois o princípio da exclusividade impede a inserção de receita que não esteja diretamente vinculada às despesas públicas.
- (C) O projeto de lei orçamentária pode conter apenas receitas de caráter permanente, sendo facultativa a inclusão de receitas eventuais, como as patrimoniais.
- (D) O princípio da legalidade impede que receitas extraorçamentárias ou originadas de fontes não tributárias integrem a lei orçamentária.
- (E) A proposta é inválida, pois o princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas do ente federativo estejam previstas na lei orçamentária, independentemente de sua natureza.

72

Em auditoria realizada no Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para o exercício de 2025:

- omitiu a inclusão de anexo com previsão de agregados fiscais para os dois exercícios subsequentes; e
- não observou o envio de demonstrativos regionais sobre o impacto de isenções tributárias constantes do projeto de lei orçamentária.

Além disso, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), encaminhado pelo Poder Executivo, previu despesas vinculadas a investimentos plurianuais sem qualquer referência no Plano Plurianual vigente.

Considerando as regras constitucionais relativas às leis orçamentárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os anexos contendo os agregados fiscais devem integrar a LOA e não a LDO.
- (B) O demonstrativo regionalizado de renúncias fiscais deve acompanhar exclusivamente o Plano Plurianual (PPA), não sendo obrigatório no projeto da lei orçamentária.
- (C) A inclusão de despesas plurianuais na LOA é vedada pela Constituição, salvo se houver previamente indicação de previsão específica na LDO.
- (D) A compatibilidade entre a LOA e o PPA é exigência constitucional expressa, e sua inobservância fere o princípio da legalidade orçamentária.
- (E) A ausência de previsão de agregados fiscais não compromete a validade da LDO, pois se trata de norma programática cuja eficácia depende de regulamentação infraconstitucional.

73

Determinado município utiliza há anos um modelo tradicional de orçamento, no qual cada secretaria recebe recursos com base nos gastos do exercício anterior. Cansada da falta de foco em metas e resultados, a administração municipal decidiu modernizar seu orçamento público.

Para tanto, ela estabelece que:

- (i) o orçamento deve ser estruturado por programas vinculados ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes de governo;
- (ii) todas as despesas devem ser justificadas a cada ano, sem considerar automaticamente os gastos passados;
- (iii) os indicadores de desempenho devem ser definidos para mensurar os resultados das ações e responsabilizar os gestores.

Com base nos modelos teóricos adotados no Brasil - orçamento clássico, programa, base-zero e por resultados -, assinale a afirmativa correta sobre as características desses modelos.

- (A) No orçamento tradicional/clássico, há forte vinculação com o planejamento de médio prazo (PPA) e as metas governamentais, de modo que a alocação de recursos atende prioritariamente aos objetivos sociais planejados.
- (B) No orçamento-programa, os programas de trabalho são organizados a partir do PPA, mas os resultados efetivos das ações têm pouca relevância no processo orçamentário, de forma que o foco fica na descrição técnica de despesas.
- (C) O orçamento base-zero exige justificativa anual de todas as despesas, como no enunciado, mas ele rompe com o passado e não considera dados históricos, o que garante maior eficiência na alocação de recursos e facilita o planejamento de longo prazo.
- (D) No orçamento por resultados, o planejamento define metas de desempenho às quais se vincula a alocação de recursos, sendo criados indicadores para monitorar efeitos e avaliar o impacto das ações, enquanto os gestores prestam contas com base nos resultados alcançados.
- (E) No orçamento tradicional, cada despesa deve ser rejustificada detalhadamente a cada ciclo orçamentário, promovendo um controle gerencial rigoroso e a transparência dos resultados.

74

Durante auditoria sobre a execução orçamentária do Estado *Alfa*, o Tribunal de Contas identificou a abertura de diversos créditos orçamentários fora das hipóteses legais.

Constatou-se: (1) que em fevereiro de 2024, o Governo Estadual abriu crédito extraordinário por decreto para a construção de um novo centro hospitalar, alegando necessidade urgente de atendimento à população, sem previsão específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) e sem prévia autorização legislativa; (2) que, para outro crédito suplementar, a fonte indicada era um excesso de arrecadação estimado, mas sem comprovação no momento da abertura; (3) e que o Executivo prorrogou, por decreto, a vigência de crédito extraordinário aberto no exercício anterior.

Considerando as normas aplicáveis aos créditos adicionais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A construção de hospital justifica a abertura de crédito extraordinário por decreto, desde que a urgência seja reconhecida por autoridade sanitária.
- (B) Créditos suplementares e especiais podem ser abertos por decreto, desde que previamente autorizados por lei e lastreados em recursos disponíveis.
- (C) O excesso de arrecadação estimado pode ser utilizado como fonte de crédito suplementar, ainda que a tendência de arrecadação não esteja consolidada.
- (D) A prorrogação da vigência de crédito extraordinário depende apenas de ato do Executivo, dada sua natureza emergencial.
- (E) A ausência de dotação na LOA impede a utilização de recursos oriundos de anulação de dotações para abertura de crédito especial, mesmo com autorização legislativa.

75

Durante a execução orçamentária, o Município X vendeu um terreno público desafetado por R\$ 2.000.000,00.

De acordo com a classificação por categoria econômica das receitas (conforme a Portaria STN nº 710/2021 e normas de Direito Financeiro), essa receita deve ser classificada como:

- (A) Receita Corrente – Receita Patrimonial.
- (B) Receita Corrente – Alienação de Bens.
- (C) Receita Corrente – Tributária.
- (D) Receita de Capital – Alienação de Bens.
- (E) Receita de Capital – Receita Patrimonial.

76

Durante fiscalização de rotina, o Tribunal de Contas de um Estado constatou que o governo estadual firmou contrato com um de seus municípios para antecipação de receitas mediante cessão de crédito tributário, a fim de compensar despesas do próprio Estado em obras regionais. Ao justificar a operação, o governo estadual alegou que a medida era interna ao sistema federativo e não caracterizava endividamento formal. Adicionalmente, o Tribunal de Contas apurou que o mesmo Estado não havia publicado os relatórios fiscais dos dois últimos quadrimestres, sob a justificativa de dificuldades técnicas da secretaria de fazenda.

Considerando a legislação e o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cessão de créditos entre entes federativos é permitida, desde que haja contrapartida em investimentos públicos regionais.
- (B) A realização de operações financeiras entre entes da Federação é proibida, como medida de proteção ao equilíbrio das contas públicas.
- (C) A omissão na divulgação dos relatórios fiscais configura apenas irregularidade administrativa, sem reflexos relevantes sobre a gestão orçamentária.
- (D) A proibição de operações entre entes depende de regulamentação específica por parte de cada unidade federada.
- (E) A divulgação dos relatórios fiscais está condicionada à prévia autorização do órgão de controle externo competente.

Administração de Recursos e Logística

77

No âmbito da administração pública, a classificação dos materiais adquiridos pelas organizações obedece a critérios relacionados à sua natureza, finalidade e vida útil.

Considerando as categorias e características dos diferentes tipos de materiais utilizados no serviço público, assinale a afirmativa correta sobre materiais e bens de consumo.

- (A) Materiais de consumo perdem sua identidade física em até dois anos.
- (B) Bens de consumo são destinados à manutenção de equipamentos públicos de uso contínuo.
- (C) Materiais de consumo exigem controle patrimonial permanente, mesmo após sua distribuição.
- (D) Bens de consumo são produzidos para serem transformados em novos produtos.
- (E) Materiais de consumo são bens permanentes utilizados em processos industriais e classificados como bens de capital.

78

No contexto da administração de estoques no setor público, o controle patrimonial adequado exige a verificação periódica dos materiais armazenados. Para isso, são utilizados diferentes tipos de inventário, que ajudam a comparar os saldos físicos com os registros lógicos do sistema.

Considerando os tipos mais comuns de inventário, é correto afirmar que o inventário:

- (A) dinâmico foca na contagem dos bens mais utilizados.
- (B) rotativo visa a contagem de itens específicos do estoque.
- (C) dinâmico permite a contagem frequente de todos os itens.
- (D) geral é utilizado para conferir a totalidade dos itens do estoque em um determinado momento.
- (E) rotativo é usado para contar todo o estoque de uma única vez, preferencialmente no final do exercício financeiro.

79

A cadeia de suprimentos é um sistema complexo que envolve múltiplas áreas e processos com o objetivo de atender de forma eficaz às necessidades do cliente final. Uma gestão eficiente da cadeia pressupõe integração entre essas áreas e obediência a certos princípios operacionais e estratégicos.

Com base nessa concepção, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente um aspecto da cadeia de suprimentos.

- (A) O planejamento de compras deve priorizar o menor custo por unidade, mesmo que isso gere excedente de materiais no estoque.
- (B) A produção deve ser programada conforme a capacidade instalada da fábrica, independentemente da demanda do cliente final.
- (C) A área de distribuição opera de forma autônoma em relação ao planejamento de produção, garantindo flexibilidade na entrega ao cliente final.
- (D) A coordenação entre as áreas da cadeia de suprimentos é desejável, mas não interfere diretamente na qualidade do atendimento ao cliente final.
- (E) A gestão integrada da cadeia busca alinhar as decisões de compras, produção e distribuição com as necessidades do cliente e com as metas organizacionais.

80

Um servidor do setor de patrimônio de um órgão público avaliou um equipamento que não vem sendo utilizado há meses. O bem está em perfeitas condições de funcionamento, mas, por mudança de processo interno, deixou de ser necessário para as atividades rotineiras da unidade. Está armazenado, sem previsão de uso, mas pode ser remanejado para outro setor.

Diante dessa situação, a classificação correta do bem, segundo sua situação de conservação, é:

- (A) bom.
- (B) ocioso.
- (C) recuperável.
- (D) antieconômico.
- (E) irrecuperável.

Questão Discursiva (Administração)

1

O governo de um Estado nordestino decidiu reformular seu programa de distribuição de medicamentos para doenças crônicas, transferindo a responsabilidade de execução para uma Organização da Sociedade Civil (OSC), por meio de um termo de colaboração. A proposta visa aumentar a capilaridade da distribuição e garantir maior efetividade no atendimento. Entretanto, após um ano de implementação, surgiram críticas quanto à falta de monitoramento dos resultados, divergências nos critérios de acesso aos medicamentos e suspeitas de favorecimento político na escolha da entidade parceira.

Com base na situação descrita, e considerando os princípios da Administração Pública, as boas práticas de governança, o controle da administração pública, o ciclo das políticas públicas e o papel das OSCs, responda os seguintes itens:

- a) Analise a situação à luz dos princípios constitucionais da Administração Pública e aponte possíveis violações ou fragilidades jurídicas e éticas no caso apresentado;
- b) Explique como deve ser estruturado o controle e a avaliação de uma política pública como a descrita, considerando critérios como eficácia, efetividade, economicidade e equidade;
- c) Indique os principais mecanismos administrativos e legais que poderiam ser utilizados para assegurar maior transparência, participação social e *accountability* nesse tipo de parceria com o terceiro setor.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Realização

